

## Plenário aprecia na quarta-feira projeto que define crimes de juízes

Primeira das cinco propostas decorrentes do trabalho que a CPI do Judiciário realizou no ano passado estabelece os delitos praticados por magistrados no exercício de suas funções, e que podem afastá-los do cargo por oito anos

### PARECER DO SALÁRIO MÍNIMO VAI A VOTAÇÃO AMANHÃ

Comissão mista encarregada de examinar a MP que elevou o salário mínimo para R\$ 151 votará amanhã, a partir das 17h, o parecer do relator.

PÁGINA 2

### CAE ANALISA PROIBIÇÃO DE VENDA DA CAIXA, BB E PETROBRAS

Projeto do senador Álvaro Dias, em exame na CAE, impede a privatização da Petrobras, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal.

PÁGINA 4

### MUDANÇA NAS CONCESSÕES DE RÁDIO E TV SERÁ EXAMINADA PELA CE

Emenda a projeto que evita monopólio nos meios de comunicação está na pauta de amanhã da Comissão de Educação.

PÁGINA 4

### CRIMES DE RESPONSABILIDADE

#### ALGUNS DOS CRIMES DE JUÍZES

- Recebimento de custas ou participação em processos
- Extravio de documentos
- Abuso de poder
- Realização de julgamento quando magistrado for parte suspeita na causa
- Fixação de indenizações desproporcionais ao objeto da ação

#### PUNIÇÃO PREVISTA NO PROJETO

- Perda do cargo e inabilitação para exercer função pública durante oito anos

De autoria do senador Paulo Souto e fruto do trabalho da CPI do Judiciário, será apreciado pelo Plenário do Senado na quarta-feira projeto que define os delitos e as sanções aplicáveis aos juízes culpados de crimes de responsabilidade, como abuso de poder, extravio de documentos ou fixação de indenizações desproporcionais ao valor da ação judicial.



Paulo Souto lembra que legislação atual trata apenas de crimes praticados por ministros do STF

PÁGINA 3

### CCJ debate proposta que restringe divulgação de processos judiciais

PÁGINA 5



Áreas de manguezais, mantidas as condições de preservação ambiental, podem ter bom aproveitamento econômico com a criação de animais e plantas

### CAS

### AUDIÊNCIA INICIA DISCUSSÃO SOBRE O MELHOR USO DOS MANGUEZAIS

O debate em torno do projeto da senadora Maria do Carmo Alves que permite a utilização das áreas cobertas por manguezais para a criação de plantas e animais começa na próxima quarta-feira, na Comissão de Assuntos Sociais. Será realizada audiência pública para conhecer a posição do representante dos criadores de camarão.

PÁGINA 4

# Parecer sobre o novo salário mínimo vai a votação amanhã

Antes de remeter a matéria ao exame do Plenário do Congresso, comissão mista ouvirá ministro do Planejamento e presidente do INSS

A comissão mista encarregada de examinar a medida provisória que elevou o salário mínimo para R\$ 151 votará amanhã, a partir das 17h, o parecer do relator da matéria, deputado Armando Monteiro (PMDB-PE). Depois disso, a medida provisória estará pronta para ser votada pelo Plenário do Congresso.

Antes de conhecer o relatório, os deputados e senadores da comissão vão ouvir em audiência pública, às 10h de amanhã, o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, e o presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Clésio de Matos Rolim.

O presidente do Congresso, sena-

dor Antonio Carlos Magalhães, quer colocar a MP em votação final até o dia 22, último dia de sua vigência sem reedição. Em entrevista à imprensa, o líder do governo no Congresso, deputado Arthur Virgílio (PSDB-AM), afirmou ser difícil evitar a reedição da medida provisória, pois o Congresso deverá dedicar esta semana à votação do Orçamento da União para este ano. A proposta orçamentária será apreciada em sessão prevista às 19 horas de quarta-feira.

Parlamentares dos partidos de oposição e alguns do PFL, como o deputado Luiz Antônio Medeiros (PFL-SP), afirmaram na comissão

da MP do salário mínimo que os líderes governistas não se mostram interessados em apressar a tramitação da medida provisória, o que acabará exigindo sua reedição. "Eles querem votação no dia em que o assunto esfriar", acredita Medeiros. O líder Arthur Virgílio nega: "O governo poderia ser pouco inteligente e aprovar a medida provisória usando o rolo compressor de sua maioria no Congresso".

Arthur Virgílio admitiu que o governo poderá antecipar a vigência do mínimo do ano que vem, mas não concorda com a proposta do PFL de fixá-lo em R\$ 177 já em 1º de janeiro de 2001.

## Parlamentares examinam relatório sobre MP dos Bingos

Reúne-se amanhã, a partir das 10 horas, a comissão mista especial formada para examinar a medida provisória que cria uma taxa de autorização para o funcionamento dos bingos. Será discutido o relatório final de autoria do senador Maguito Vilela (PMDB-GO). O valor da taxa instituída pela MP é de R\$ 6 mil para bingos permanentes e de R\$ 4 mil para os eventuais.

Reeditada pela sexta vez, a MP também modifica a Lei Pelé, proibindo que empresas possam controlar mais de um clube de futebol. Os parlamentares que integram a comissão já realizaram 11 audiências públicas sobre o assunto. Foram ouvidos, entre outros, o ministro de Esporte e Turismo, Rafael Greca; o ex-jogador de futebol Zico; o jornalista Juca Kfouriri; e o presidente da CBF, Ricardo Teixeira.



Semana passada, o Congresso não pôde votar o Orçamento por problemas regimentais

## Congresso aprecia Orçamento da União na quarta-feira

O Orçamento da União para este ano, que não foi votado na última semana por problemas regimentais, volta à pauta do Congresso na quarta-feira, às 19h. A votação foi adiada porque o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, aceitou questão de ordem, levantada pelo líder do PT na Câmara, Aloízio Mercadante (SP). O deputado argumentou que algumas alterações feitas no Orçamento não foram publicadas em avulsos, como manda o Regimento Interno.

O texto que o Congresso votará é um substitutivo apresentado pelo

relator-geral, deputado Carlos Melles (PFL-MG), já aprovado pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. A comissão concordou em aumentar em 83,4% os investimentos que o Executivo deverá realizar neste ano.

Os deputados e senadores discordaram da proposta do Executivo de investir neste ano R\$ 6,8 bilhões e acrescentaram outros R\$ 5,7 bilhões, destinados a obras de infraestrutura e programas de saúde, agricultura e educação. Com as alterações, o total de investimentos passou para R\$ 12,5 bilhões.



## AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 10 DE ABRIL DE 2000

Antonio Carlos Magalhães  
Presidente

### PLENÁRIO

14h30 — Sessão não deliberativa

### PREVISÃO

#### PLENÁRIO

Terça-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Requerimento nº 168/2000, solicitando o encaminhamento ao procurador-geral da República e ao Conselho de Ética da documentação apresentada ao Plenário, bem como as notas taquigráficas que dizem respeito às denúncias recíprocas feitas pelos senadores Antonio Carlos Magalhães e Jader Barbalho; PLC nº 4/2000, que estabelece normas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal; discussão, em segundo turno, da PEC nº 90/99 (precatórios); PDL nº 29/94, que renova concessão outorgada à Rádio Tocantins, de Cametá (PA); PDL nº 86/99, que renova a concessão da Rádio Regional de Conquista, de Vitória da Conquista (BA); PDL nº 110/99, que renova a concessão da Sociedade Rádio Cacique de Capivari, de Capivari (SP); PR nº 23/2000, que autoriza contratação de crédito externo de 4,6 milhões de euros, junto ao KfW; PR nº 24/2000, que autoriza a contratação de crédito externo de 3,1 milhões de euros, junto ao KfW; dentre outras matérias.

### COMISSÕES

Terça-feira

10h — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Dentre outros assuntos, Ofício "S" nº 3/2000, que encaminha ao Senado manifestação do Banco Central acerca do pedido da prefeitura de Santos (SP) para contratar operação de crédito no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros, administrado pela CEF; Mensagem nº 82/2000, que autoriza a contratação de crédito externo, no valor de até 548,3 mil euros, entre o Brasil e o KfW, destinado ao Programa de Modernização e Consolidação da Infra-Estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários; PLS nº 405/99, que altera a Lei nº 9.317/96 para permitir que os profissionais nele arrolados possam optar pelo Simples; PLS nº 263/99, que dispõe sobre procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

10h e 17h — Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a MP nº 2.019, que dispõe sobre o salário mínimo.

Pauta: Audiência pública com o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, e o presidente do INSS, Clésio de Matos Rolim. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

11h30 — Comissão de Educação

Pauta: Dentre outros assuntos, o PLS nº 529/99, que institui o Dia do Advogado, a ser celebrado em 11 de agosto; PLS nº 577/99, que inclui como tema transversal nos currículos de ensino fundamental noções de turismo; PLS nº 576/99, que inclui como tema transversal nos currículos de ensino fundamental e médio a prevenção contra o uso de drogas; emendas de Plenário nºs 1 e 2 ao PLS nº 109/95, que dispõe sobre a outorga e renovação de concessão ou permissão para exploração de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

14h30 — Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a MP nº 2.011-6 (Bingos)

Pauta: Discussão do relatório. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6*

17h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: Dentre outros assuntos, Mensagem nº 72/2000, que submete à apreciação do Senado o nome de Arthur Vivacqua Corrêa Meyer, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na Guiné-Bissau. *Ala Senador Alexandre Costa — sala 5*

Após Ordem do Dia — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Audiência pública com a presença dos presidentes da Associação Nacional dos Procuradores da República, Carlos Frederico Santos; da CNBB, Dom Jaime Chemello; da ABI, José Chamilete; da Fenaj, Elisabeth Vilela da Costa; da ANJ, Paulo Cabral; da Confederação Nacional do Ministério Público, Marfan Martins Vieira; da OAB-DF, Joaquim José Safe Carneiro; da Associação dos Delegados de Polícia do DF, Mário André Carvalho Machado; da Associação dos Juizes Federais do Brasil, Fernando da Costa Tourinho Neto; e do assessor jurídico da Abert, Alexandre Jobim. Pauta: PLC nº 65/99 ("lei da mordaza"), que altera dispositivos da Lei nº 4.898/65, com redação dada pelas leis nºs 6.657/79 e 7.960/89 (dispõem sobre prisão temporária); da Lei nº 8.429/92 (dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional); e da Lei nº 7.347/85 (disciplina a ação pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico e turístico), em tramitação conjunta com o PLS nº 536/99, que altera a Lei nº 4.898/65. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade  
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
2º Secretário: Carlos Patrocínio  
3º Secretário: Nabor Júnior  
4º Secretário: Casildo Maldaner  
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho  
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150  
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327  
Editor-Chefe: Edson de Almeida  
Editores: Djalba Lima, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Morais  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo  
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# Plenário analisa projeto da CPI do Judiciário

Uma das cinco propostas decorrentes dos trabalhos da comissão – a que define os crimes de responsabilidade cometidos por magistrados – será apreciada na quarta-feira. Há outras em tramitação nas comissões permanentes

O projeto de lei que define os crimes de responsabilidade cometidos por magistrados – uma das cinco propostas decorrentes das conclusões da CPI do Judiciário – deve ser apreciado pelo Plenário na quarta-feira. A proposta, assinada pelo senador Paulo Souto (PFL-BA), recebeu parecer favorável do senador Jefferson Péres (PDT-AM), na forma de substitutivo.

O texto que vai a Plenário descreve as sanções aplicáveis aos magistrados nos crimes de improbidade administrativa no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional. Entre esses crimes estão o recebimento de custas ou participação em processos, o extravio de documentos, o abuso de poder e a realização de julgamento quando o magistrado for parte suspeita na causa.

O substitutivo também estabelece que qualquer cidadão poderá apre-

sentar uma representação, ao Ministério Público ou à Corregedoria de Justiça, sobre crime cometido por magistrado. Este, se considerado culpado, mesmo que apenas por haver tentado cometer o crime, perderá o cargo e será considerado inabilitado a exercer outra função pública pelo período de oito anos.

Relator da CPI do Judiciário, Paulo Souto lembrou que a proposta é fruto das investigações feitas pela comissão. Ele salientou que a legislação atual trata apenas dos crimes cometidos pelos ministros do Supremo Tribunal Federal, inviabilizando a punição de juízes de instâncias inferiores.

– Tal circunstância foi verificada no curso dos trabalhos da CPI do Poder Judiciário. Se há a previsão de competência do Superior Tribunal de Justiça, dos tribunais regionais federais para processar e julgar magistrados por crimes de responsabilidade, não há lei definindo



Paulo Souto, que foi relator da CPI do Judiciário, pretende aperfeiçoar a legislação

esses crimes, aumentando a impunidade dos infratores – observa Paulo Souto.

Uma importante inovação trazida pelo projeto é a possibilidade de o Estado exercer o direito de regresso contra o magistrado, por dano causado às partes em pro-

cesso judicial. Caso estivesse em vigor no momento da ocorrência do fato, este dispositivo poderia, por exemplo, facilitar o ressarcimento ao menor Luiz Gustavo Nominatto, que, segundo as conclusões da CPI, teria tido a herança deixada por seu pai dilapidada durante a administração do espólio pela Justiça do Distrito Federal. Provado o dano ao menor, o Estado deveria ressarcir-lo e teria o direito de cobrar dos responsáveis.

Outra conduta prevista no projeto e que guarda relação direta com o trabalho da CPI é a punição para a fixação de indenizações flagrantemente desproporcionais ao preço de mercado do bem ou objeto da ação. Durante os trabalhos da comissão de inquérito, os senadores investigaram a indenização de R\$ 81 bilhões que deveria ser paga pelo Banco da Amazônia a uma madeireira, em Belém.

Em seu parecer, Jefferson Péres sugere que a aprovação da proposi-

ta seja acompanhada de outros diplomas legais que contemplem a punição dos crimes cometidos pelos demais agentes políticos, não se restringindo a magistrados.

– É preciso que todos os agentes políticos possam ser responsabilizados, caso cometam as infrações político-funcionais, que, no Brasil, são conhecidas historicamente como crimes de responsabilidade – sustenta.

Os crimes de responsabilidade são tratados pelo Direito Penal como “crimes próprios”, já que só podem ser cometidos por agentes públicos. “A idéia de responsabilidade é elementar ao estado de direito, pois o agente público responde perante a sociedade pelo exercício das funções do Estado, que são meios de realização dos valores fundamentais por ela consagrados e imprescindíveis à estabilidade do próprio Estado”, esclarece Paulo Souto.

## Senadores votam a Lei de Responsabilidade Fiscal

Em regime de urgência, o Senado delibera amanhã sobre o projeto do governo que institui normas para que as finanças públicas sejam geridas com austeridade – a chamada Lei de Responsabilidade Fiscal. A iniciativa institui novos mecanismos de controle do endividamento do poder público e fixa normas para a realização de despesas obrigatórias de caráter continuado.

O projeto estabelece também a obrigatoriedade de publicação de demonstrativos e relatórios sobre a execução das finanças públicas, além de coibir a criação de encargos para o Estado. Ainda impõe limites de comprometimento orçamentário para pagamento de pessoal, proibindo despesas extras em anos eleitorais, entre elas a contratação de pessoal.

Examinado na semana passada pela Comissão de Assuntos Econômicos, o texto recebeu emenda do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que prevê a participação popular em audiências públicas para assegurar transparência na gestão pública. Para punir o administrador que não cumprir essas normas, outro projeto, também enviado pelo governo, já tramita na Câmara, relacionando as sanções que serão impostas a quem não administrar o dinheiro público com responsabilidade.

Na quarta-feira, o Senado votará, em segundo turno, a proposta de emenda constitucional que permite o parcelamento em até dez anos do pagamento de precatórios – as somas devidas pela União, estados e municípios em decorrência de sentenças judiciais e que, por falta de caixa, têm sido pagas mediante a emissão de títulos mobiliários.

No mesmo dia, os senadores deliberam sobre proposição que disciplina a perda de cargo público por insuficiência de desempenho. O projeto obriga o servidor a submeter-se anualmente a uma avaliação, na qual será apurado seu procedimento e conduta no cargo, produtividade no trabalho, assiduidade, pontualidade e disciplina.

Também na quarta-feira, o Senado vota projeto do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) facultando à sociedade o acesso ao Sistema de Administração Financeira (Siafi), mantido pela União, estados e municípios. O parlamentar explica que seu propósito é superar as limitações do sistema institucional de controle das finanças públicas, por entender que a fiscalização da aplicação dos recursos públicos deve ser, sobretudo, uma tarefa do cidadão. Ele quer acrescentar usuários como a imprensa, universidades e organizações não-governamentais entre os que hoje consultam o Siafi.

## PEC dá competência ao STF para julgar magistrados

A proposta de emenda constitucional que confere ao Supremo Tribunal Federal (STF) poderes para julgar os magistrados – ainda que de instâncias inferiores – nos crimes de responsabilidade deve ser a próxima matéria decorrente do trabalho da CPI do Judiciário a ser votada pelo Plenário. A proposta encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde tem como relator o senador Edison Lobão (PFL-MA).

O autor da proposta, senador Paulo Souto, considera que o julgamento dos juízes deve ser feito o mais distante possível da jurisdição comum. O senador entende que, por sua composi-

ção, hierarquia e responsabilidade, o STF teria melhores condições para processar e julgar os juízes de direito.

– Esta proposição contribui para a democratização do Judiciário – frisa.

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS), que presidiu a CPI do Judiciário, apresentou voto em separado à proposta, argumentando que a alteração traria uma sobrecarga de trabalho para o Supremo Tribunal Federal. “Há um entendimento no mundo jurídico de que se deve estreitar o campo de competência do STF”, afirma o senador, que propõe a competência do Superior Tribunal de Justiça



Para não sobrecarregar o STF, Ramez Tebet propõe julgamento pelo Superior Tribunal de Justiça

para julgar os juízes de direito.

Além dessa proposta, tramita também na CCJ outra PEC que confere às CPIs todos os poderes de investigação próprios das autoridades judiciais.

## Comissão investigou nove casos em sete meses

Instalada em 8 de abril do ano passado, a partir de requerimento do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), a CPI do Judiciário dedicou-se a investigar nove casos concretos, com denúncias de irregularidades envolvendo magistrados, funcionários da Justiça e empresários. Ao final dos mais de sete meses de trabalho, período em

que foram ouvidas aproximadamente 70 testemunhas, o relator da comissão, senador Paulo Souto, apresentou os resultados das investigações.

As conclusões foram encaminhadas pelo presidente da comissão, senador Ramez Tebet, ao procurador-geral da República, aos ministérios públicos estaduais e aos tribunais de Justi-

ça, entre outros órgãos.

O texto final do relatório da CPI apresenta, além de sugestões de alterações na legislação, como as que começam a ser votadas esta semana pelo Plenário do Senado, a instituição do controle externo do Poder Judiciário. O tema consta da reforma do Judiciário, que tramita na Câmara dos Deputados.

# CAE aprecia limites ao programa de privatização

Projeto do senador Álvaro Dias, a ser examinado pela comissão, obriga União a manter a maioria do capital e o controle acionário da Petrobras, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) fará duas reuniões nesta semana. A primeira, que será realizada amanhã a partir das 10 horas, será destinada à apreciação de 14 propostas. Entre elas, destaca-se o projeto de lei do senador Álvaro Dias



Álvaro Dias: CEF, BB e Petrobras são "patrimônio da nação"



Edison Lobão quer ampliar isenção do Imposto de Renda

(PSDB-PR) que altera o Programa Nacional de Desestatização. As modificações sugeridas pelo parlamentar proíbem que o governo privatize a Petrobras, a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil.

Álvaro quer que a União mantenha não apenas o controle acionário, como também a maioria do capital dessas instituições. "Existe uma enorme resistência popular em relação à privatização de determinadas empresas, que são vistas como um patrimônio valiosíssimo da nação", justifica o autor. A proposta recebeu parecer favorável do senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) e sua votação tem caráter terminativo na CAE.

Outro projeto constante da

pauta da reunião é do senador Edison Lobão (PFL-MA), que pretende ampliar o limite de isenção do Imposto de Renda de R\$ 900 para R\$ 1.800 para os aposentados e pensionistas com mais de 65 anos de idade. O senador Luiz Estevão (PMDB-DF), relator da matéria, é favorável à iniciativa.

## EMPRÉSTIMOS

Ainda na mesma reunião, os senadores devem decidir se autorizam a contratação de três operações de crédito.

Uma delas, a ser realizada entre a prefeitura de Santos (SP) e a Caixa Econômica Federal, no valor de R\$ 12,021 milhões, no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Bra-

sileiros. Outra permite que o Brasil obtenha crédito de até 548 mil e 361 euros junto a instituições financeiras alemãs, destinado à importação de bens e tecnologias para hospitais universitários. A terceira autoriza empréstimo do Brasil junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 185 milhões, para projetos de profissionalização de trabalhadores da área de enfermagem.

## AUDIÊNCIA PÚBLICA

Na quarta-feira, a CAE promoverá audiência pública, às 10 horas, para conhecer as opiniões do secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, sobre o projeto de lei – em tramitação na comissão – que cria o Código de Defesa do Contribuinte. A proposta, do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), pretende estabelecer os direitos e garantias do contribuinte, e está sendo relatada pelo senador Edison Lobão. Além de Everardo, deverão comparecer à reunião secretários de Fazenda estaduais e do Distrito Federal e um representante dos contribuintes.

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos é o senador Ney Suassuna (PMDB-PB).

## CRE sabatina diplomata indicado para a Guiné-Bissau

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) apreciará amanhã, a partir das 17h30, a indicação do diplomata Arthur Vivacqua Corrêa Meyer para o cargo de embaixador do Brasil na Guiné-Bissau. O relator da indicação é o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM).

A CRE também examinará projetos de decreto legislativo que

aprovam textos do acordo internacional entre o Brasil e o Peru na área de cooperação diplomática; da convenção interamericana contra a corrupção; e da convenção sobre o combate da corrupção de funcionários públicos estrangeiros em transações comerciais internacionais.

A CRE é presidida pelo senador José Sarney (PMDB-AP).

## CAS debaterá a criação de plantas e animais marinhos

O presidente da Associação Brasileira de Criadores de Camarão, Itamar de Paiva Rocha, participará de audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) na próxima quarta-feira. Será debatido projeto de autoria da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) que trata da flexibilização do uso de áreas cobertas por manguezais para a criação de plantas e animais marinhos. A própria senadora requereu a audiência.

Na reunião, a comissão, presidida pelo senador Osmar Dias (PSDB-PR), examinará projeto de lei que fixa em 25% o limite máximo de contratações, em cada empresa, que utilizem relações de emprego beneficiadas por incentivos fiscais. O autor do projeto, senador Luiz Pontes (PSDB-CE), explicou que, com as altas taxas de desemprego, muitas iniciativas estão sendo tomadas para criar in-

centivos fiscais, financeiros e sociais para a geração de empregos, como a redução do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) nas contratações por tempo determinado. Reconhecendo a validade dos incentivos, o senador pretende evitar seu uso abusivo.



Maria do Carmo deseja flexibilizar o uso de manguezais

A matéria, que será examinada em caráter terminativo, tem parecer favorável do senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO), que está licenciado e foi substituído por Thelma Siqueira Campos (PPB-TO).

Como é terminativo, o projeto só será examinado pelo Plenário se houver recurso de pelo menos 10% dos senadores.

Outro projeto a ser analisado pela CAS, de autoria do senador Antero de Barros (PSDB-MT), recebeu substitutivo do senador Luiz Pontes. O projeto institui estímulo ao primeiro emprego e ao emprego após 40 anos de idade, garantindo menor incidência de encargos sociais sobre a mão-de-obra entre 18 e 25 anos e com mais de 40 anos.

A proposta de Antero concede redução de 50% nas alíquotas de contribuição para o sistema "S" (Sesi, Sesc, Senai, Senac) e de 75% na alíquota do



Luiz Pontes pretende evitar o uso abusivo de incentivos fiscais

FGTS. O projeto tramitará em conjunto com outro, do senador Paulo Hartung (PPS-ES), que trata também de incentivo ao primeiro emprego com redução de encargos para contratação de jovens entre 18 e 24 anos. A reunião da CAS está marcada para as 9h.

## CE vota regras para concessões de rádio e TV

A Comissão de Educação (CE) vai apreciar amanhã, em reunião marcada para as 11h30, emenda do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) a projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que trata da outorga e renovação de concessões e permissões para exploração de serviços de rádio e televisão.

A relatora da emenda, senadora Luzia Toledo (PSDB-ES), já antecipou que apresentará parecer favorável. Arruda deseja suprimir as medidas propostas por Simon para evitar a formação de monopólio e oligopólio no controle dos meios de comunicação social.

– Como falar em monopólio no mercado radiofônico e televisivo brasileiro se coexistem, nas mesmas cidades ou regiões, emissoras pertencentes a sete, oito grupos diferen-



Simon quer evitar o controle monopolista dos meios de comunicação



Para Arruda, não há monopólio no mercado de rádio e TV do país

tes? – questiona Arruda.

Ao justificar sua proposta, Simon observa que, embora os constituintes de 88 tenham introduzido algumas inovações no processo de outorga e renovação de concessões e permissões para exploração dos serviços de radiodifusão, "os preceitos constitucionais parecem ter-se reduzido à ineficácia e à inaplicabilidade, daí a necessidade do

projeto".

A Constituição de 1988 estabelece a obrigatoriedade de apreciação pelo Congresso Nacional das outorgas e renovações concedidas pelo Poder Executivo e cria o Sistema Público de Radiodifusão e o Conselho de Comunicação Social, como órgão auxiliar do Legislativo nos assuntos relativos à comunicação.

A pauta da reunião da CE, que é presidida pelo senador Freitas Neto (PFL-PI), inclui mais 13 itens. Entre eles, nove projetos de decreto legislativo solicitando renovação para rádios, dos quais sete localizadas no estado de São Paulo.

# CCJ promove audiência sobre abuso de autoridade

Projeto que proíbe manifestação de procuradores, magistrados e policiais sobre processos judiciais e administrativos será discutido na Comissão de Justiça por representantes de associações e federações interessadas no tema

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) promoverá amanhã, a partir das 17h, audiência pública para ouvir representantes de dez associações e federações sobre o projeto que altera a legislação referente a abuso de autoridade.

Entre outras coisas, o projeto proíbe juízes, procuradores, ministros de tribunais de contas e autoridades policiais e administrativas de revelarem informações de processos que afetem a vida privada, a imagem e a honra das pessoas. Por isso, a imprensa passou a chamar o projeto de "lei da mordada".

A CCJ inicia assim o exame do projeto enviado ao Congresso pelo Executivo em 1997 (e modificado pelos deputados) e de outra proposta, do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), ambos com o mesmo objetivo. Os dois projetos adaptam a Lei do Abuso de Autoridade às inovações da Cons-

tituição de 88, incluindo entre os abusos de poder quaisquer atentados à vida privada e à liberdade de manifestação do pensamento.

Bornhausen propõe que também seja considerado abuso de poder qualquer ato que atente contra o sigilo das comunicações transmitidas por sistemas informatizados. O senador catarinense quer ainda que, na reparação civil de dano causado por agente público, o valor da indenização não seja superior a 20 vezes o rendimento do lesado.

## PARTICIPANTES

Participarão da audiência pública da CCJ dirigentes das entidades que representam procuradores da República, advogados, juízes, jornais, emissoras de rádio e televisão, jornalistas, delegados de polícia e bispos brasileiros.

Na quarta-feira, a partir das 10h, os senadores da CCJ examinarão vários projetos, incluindo uma proposta do senador Lúcio

Alcântara (PSDB-CE) que define normas de proteção das informações pessoais contidas em bancos de dados de empresas e órgãos públicos.

Consta ainda da pauta a análise de seis emendas apresentadas em Plenário às propostas de mudança constitucional que criam o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. O fundo foi proposto pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e pela comissão de deputados e senadores que examinou o problema da pobreza no país. Os senadores deverão também debater na quarta-feira o projeto do senador Lúcio Alcântara que estabelece normas para as técnicas e condutas que regem a reprodução assistida (fecundação artificial).



Alcântara pretende proteger informações pessoais contidas em bancos de dados



Antonio Carlos é autor de uma das propostas de fundo contra a pobreza analisadas pela CCJ

## Ronaldo propõe renda mínima para os flagelados pela seca

O Programa Emergencial de Frentes Produtivas, destinado à população das regiões afetadas pela seca, poderá ser substituído pelo Programa Especial de Garantia de Renda Mínima. Esta é a proposta do senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) enviada, em decisão terminativa, à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Conforme o projeto do senador, o programa prevê a prestação de assistência, em caráter permanente, à população das regiões afetadas pela seca, independentemente de estarem cadastradas nas frentes de trabalho ou da decretação do estado de emergência. Para ter acesso ao benefício da renda mínima, os membros de cada família, com idade de até 14 anos, inscritos no programa, deverão ter frequência escolar e participação em programas



Ronaldo Cunha Lima: programa administrado por uma comissão

de qualificação profissional, devendo comprovar, também, o recebimento de todas as vacinas obrigatórias.

— Procura-se, assim, associar a questão da renda mínima à solução de males sociais que, uma vez não combatidos, condenam as populações do Polígono das Secas a um círculo vicioso de pobreza, doença, ignorância e desemprego — disse.

Ronaldo argumenta em sua justificativa que a proposta não irá onerar o Orçamento, já que os recursos viriam do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e do programa das frentes de trabalho.

De acordo com o projeto, o programa de renda mínima deverá ser administrado por uma comissão gestora, que poderá estabelecer outros requisitos para o pagamento do benefício, desde que compatíveis com o objetivo do programa.



Emilia Fernandes, Luzia Toledo e Maria do Carmo participam da coordenação da bancada feminina no Congresso

## Bancada feminina pretende fortalecer o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

A bancada parlamentar feminina no Congresso Nacional quer cobrar do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, e do ministro da Justiça, José Carlos Dias, o fortalecimento do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, com apoio político, financeiro e material.

As parlamentares reuniram-se na última quinta-feira para fazer um balanço das atividades desenvolvidas e decidiram marcar uma audiência com o presidente e o ministro. As coordenadoras da bancada feminina são as senado-

ras Emilia Fernandes (PDT-RS), Luzia Toledo (PSDB-ES) e Maria do Carmo (PFL-SE) e as deputadas Jandira Feghali (PCdoB-RJ) e Maria Elvira (PMDB-MG).

Segundo Emilia Fernandes, é preciso que o governo federal prestigie o conselho, para que possam ser desenvolvidas políticas públicas mais eficazes para a defesa dos direitos das mulheres. Na avaliação da bancada, o conselho não tem conseguido reafirmar sua posição na luta pelas questões femininas devido à falta de respaldo político por parte do governo.

Amanhã, as parlamentares já têm audiência marcada com o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Néri da Silveira, com quem vão discutir a inserção na propaganda institucional da entidade de um filme especial sobre a participação da mulher no processo eleitoral. Elas também decidiram reforçar a campanha "Mulheres no Poder", para fortalecer a participação feminina nas eleições municipais deste ano. Outra decisão tomada na reunião foi a ampliação da coordenação, com a entrada da senadora Maria do Carmo.

## Cultura ao Meio-Dia exhibe Mauá, o imperador e o rei

O projeto Cultura ao Meio-Dia, realizado pela Subsecretaria de Relações Públicas do Senado Federal, exibirá na quarta-feira o filme *Mauá, o imperador e o rei*, de Sérgio Rezende. A exibição da película dá continuidade às comemorações dos 500 anos do Descobrimento do Brasil.

O filme mostra a saga de Irineu Evangelista de Souza, o barão e visconde de Mauá, desde seu nascimento no Rio Grande do Sul, em 1813, até sua morte, em 1889. Produzido em 1999, o filme con-

ta a trajetória do barão, que se destacou no comércio, na indústria, na economia e na política, tornando-se o homem mais rico do Império e dono de um poder que provocou o confronto entre a corte brasileira e os banqueiros ingleses.

A exibição do filme será feita ao meio-dia, no Auditório Petrônio Portella. O projeto da secretaria para exibição de filmes acontece todas as quartas-feiras no mesmo local, é aberto ao público e tem entrada franca.

# Saturnino destaca papel da imprensa na agenda política

Na passagem do Dia do Jornalista, senador relembra três compromissos do profissional: com o idioma, com a verdade e com a democracia

A passagem do Dia do Jornalista, comemorado na sexta-feira, foi o tema de discurso pronunciado na tribuna pelo senador Roberto Saturnino (PSB-RJ). O senador afirmou que a imprensa, “um quarto poder desta e de qualquer república ou país em todo o mundo”, é vista por muitos como uma força maior do que a dos outros três, por ter papel determinante na definição da agenda de discussão do país.

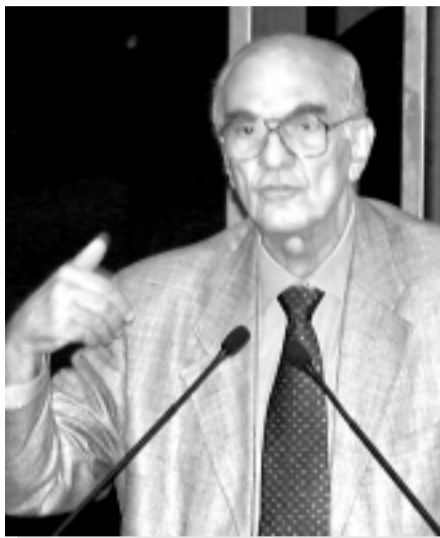
Ele salientou que o jornalista, no desempenho de sua função, sofre “pressões extremamente fortes, às vezes irresistíveis”. O senador citou a instabilidade no emprego e a extrema rotatividade na profissão.

Roberto Saturnino falou sobre três responsabilidades dos trabalhadores da informação. Destacou, em primeiro lugar, o fato de os jornalistas serem profissionais da palavra.

– Eles pertencem ao conjunto de trabalhadores que lidam com a língua, este patrimônio inestimável de qualquer nação – afirmou o senador.

Essa responsabilidade, destacou o parlamentar, carrega em si a obrigação de preservar o idioma de deturpações. Estas, para ele, se acumulam com as influências externas que, na globalização, “tendem a descaracterizar sua raiz legítima”.

Em segundo lugar, o senador ressaltou o compromisso dos jornalistas com a verdade. Lembrou que, muitas vezes, a verdade “é obtida na clandestinidade, sem poder se revelar a fonte, o que faz parte da ética profissional”. Roberto Saturnino ressaltou, porém, que



Saturnino disse que jornalista sofre pressões fortes, como a instabilidade no emprego e a extrema rotatividade na profissão

esse compromisso constitui também a maior fonte de críticas à profissão, devido ao tráfico da informação que, “infelizmente, existe”. Lembrou que informações falseadas publicadas na imprensa podem trazer prejuízos irreparáveis.

Como exemplo de tais prejuízos, o senador mencionou o caso de Jó Resende, que foi seu vice-prefeito na cidade do Rio. Pessoa de “posses modestas”, ao final da gestão vendeu uma pequena propriedade em Teresópolis e, com dois sócios, comprou uma pequena fazenda, dedicando-se à pecuária leiteira. “Um dia, foi surpreendido com uma manchete, de primeira página, com fotografia, no jornal *O Globo*, que o apontava como grande proprietário. Ele teria saído da prefeitura, tendo-se locupletado, para adquirir um latifúndio.” Roberto Saturnino disse que Jó Resende entrou na Justiça, ganhou direito de resposta, mas a matéria saiu numa página interna. “Aquela manchete ficou para o resto da vida. Um

prejuízo irreparável”, afirmou.

Por último, o representante do Rio de Janeiro citou a responsabilidade do jornalista com o desenvolvimento político e com a democracia no país. Para ele, “é preciso tratar a verdade com uma forma que não seja destruidora do processo político no país”. O senador disse haver formas edificantes de apresentar a verdade, mas seu tratamento de modo escandaloso não serve para consolidar a democracia. Ao finalizar seu pronunciamento, o senador leu nota publicada pelo Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal protestando contra o aumento da arbitrariedade e da impunidade no país.

Em aparte, o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) fez um apelo aos parlamentares para que acelerassem a tramitação do projeto que regula a Lei de Imprensa. afirmou que a lei poderá ser uma proteção contra “os maus profissionais que dizem meias-verdades, conturbando a sociedade”.

Já a senadora Heloísa Helena (PT-AL) parabenizou a categoria, lembrando especialmente os profissionais que são vítimas de perseguição por conta de seu trabalho. Mencionou, como exemplo, o jornalista Ricardo Noblat, que vem denunciando intimidações contra sua família por conta da postura adota pelo jornal em que trabalha, o *Correio Braziliense*.

Na oportunidade, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) denunciou que vem sendo vítima em seu estado de uma “má imprensa, de uma imprensa que deturpa”. Lembrou, ainda, que os jornalistas enfrentam dificuldades ao cumprir seu dever de isenção e seu papel de transformador e investigador “por conta de limitações econômicas, pressões e ameaças”.

Renan Calheiros afirma que a retomada do Proálcool pode trazer economia de divisas para o país



## Calheiros cobra do governo compromisso de reativar o Proálcool

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) cobrou do governo federal a reativação do Programa Nacional do Alcool, anunciada em agosto de 1997. Segundo o senador, estão faltando às autoridades governamentais “coragem e vontade política” para retomar o programa que, segundo avaliou, poderá economizar milhões de dólares em divisas para o país na importação de petróleo, além de criar mais de 3 milhões de postos de trabalho, com a utilização de mão-de-obra menos especializada.

Senador por Alagoas – segundo estado maior produtor de álcool no país –, Calheiros ressaltou que a desativação do programa provocou a insolvência do setor, o fechamento de 11 unidades produtoras, desemprego de 70 mil trabalhadores e o descrédito da população que adquiriu carros a álcool. Para reverter essa situação, acrescentou, o governo deveria cobrar estudos e soluções do Comitê Internacional do Açúcar e do Alcool, voltar a produzir veículos movidos pelo combustível e estabelecer regras para o setor, definindo, sobretudo, a fatia que caberá ao álcool na matriz energética brasileira.

– Não creio que seja uma postura correta fazermos apenas a arqueologia dos nossos fracassos. Temos êxito e já demonstramos ao mundo nossa capacidade inovadora diante da iminente crise energética. O Proálcool se converteu em palavra, mas devemos identificar onde erramos, reativar o programa e não repetirmos os er-

ros do passado – frisou Renan Calheiros.

Ele lembrou a recente crise do petróleo – “que não será a derradeira”, advertiu –, quando o barril do produto chegou a US\$ 34, mas as importações brasileiras ficaram nos 230 mil barris/dia. De acordo com Calheiros, isso deveria servir como um “rememorizador para os burocratas governamentais que insistem em conspirar contra a importância do álcool como matriz energética”.

O senador defendeu ainda a criação da chamada “frota verde”, formada por veículos oficiais, táxis e carros de locadoras movidos a álcool, que abarcaria 10% do mercado. Isso funcionaria como “um importante sinalizador para a indústria”, observou.

Em aparte, o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) defendeu a retomada do Proálcool como meio de reduzir as importações de petróleo. O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) afirmou que o programa é essencial porque o país não deve ficar refém da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) e dos países produtores. Já a senadora Heloísa Helena (PT-AL) quer a retomada do Proálcool conjuntamente com uma discussão que envolva a reforma agrária, política agrícola, trabalho infantil e relações do trabalho. Por último, o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) disse faltar “coragem” ao governo para retomar o programa, pois ainda há muitos “preconceitos” com relação à política para o setor sucroalcooleiro no país.

## Isenção de órgãos do Senado é elogiada

Durante discurso em que homenageou os jornalistas pela passagem de sua data comemorativa, na sexta-feira, o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) fez uma referência especial aos profissionais que trabalham no *Jornal do Senado*, na

Rádio Senado e na TV Senado. Ele destacou que esses veículos vêm sendo umas das novidades mais promissoras na vida política do país, “porque têm sido exemplares, sob o ponto de vista da isenção”.

Saturnino ressaltou que ne-

nhum senador jamais fez qualquer queixa sobre a divulgação de seu trabalho. “Ao contrário, nossa atuação tem sido apresentada de forma isenta, acima de quaisquer posições partidárias, políticas ou pessoais”, afirmou.

## Ademir: governo poderá pagar mínimo de R\$ 200 se reduzir juros

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) defendeu na sexta-feira a diminuição do percentual de juros pagos pelo governo pelo serviço da dívida dos atuais 18,5% para 17,5%, medida que pode gerar uma economia de R\$ 5 bilhões ao Tesouro e é capaz de financiar o aumento do salário mínimo para R\$ 200, conforme avaliou:

— A afirmação de que um mínimo maior do que R\$ 151 “quebra” a Previdência é falsa. Em seu depoimento na comissão especial que examina a medida, o ministro Waldeck Ornêlas disse que o sistema já tem um déficit anual de R\$ 10,5 bilhões, arcados pelo Tesouro Nacional. Portanto, um déficit maior continuará a ser um problema do Tesouro. Se o governo gastar menos com a dívida interna de quase R\$ 500 bilhões, a economia poderá suportar um salário mínimo maior — afirmou.

Segundo os cálculos de Ademir, para cada real a mais do que os R\$ 151 que o governo



Ademir: redução do serviço da dívida permitiria aumentar salário mínimo

aceita dar, haverá um aumento de déficit na Previdência da ordem de R\$ 99 milhões. No caso de um salário mínimo de R\$ 177, o déficit será de R\$ 2,8 bilhões, calculou. Ele conclui que uma economia de R\$ 5 bilhões com o pagamento do serviço da dívida será suficiente para suportar um mínimo de até R\$ 200.

O senador pelo Pará clamou o PMDB, o PFL e o PSDB a aprovarem um salário mínimo mais digno para o trabalhador e o aposentado:

— O PMDB, se quiser aprovar R\$ 151, terá que dizer à opinião pública que vota assim para obedecer às ordens do presidente Fernando Henrique Cardoso, não por não querer quebrar a Previdência. O PFL, que já defende R\$ 177, certamente não terá motivos para não aceitar R\$ 200 — ponderou Ademir Andrade.

Em apartes, Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) e Heloísa Helena (PT-AL) aplaudiram a argumentação do senador.

## Francelino busca fórmula para beneficiar os mais pobres

Ao informar que o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) divulgou em seu *Relatório 2000 sobre a Pobreza* que o Brasil ocupa o último lugar do mundo em termos de participação dos pobres no consumo e na riqueza nacional, o senador Francelino Pereira (PFL-MG) convocou deputados, senadores, líderes sindicais e a sociedade a encontrem formas de reduzir a concentração de renda e melhorar a qualidade dos gastos sociais, para que a população mais pobre possa se beneficiar do progresso do país.

Para Francelino, o relatório informa que no Brasil os 20% mais pobres ficam com apenas 2,5% da renda e do consumo nacional. O documento aponta ainda que o nível de pobreza do país é de 16% de sua população, em comparação com 11% da Colômbia e 5% do Chile. Por outro lado, disse, o PNUD assinalou que o nível de pobreza nacional caiu de 21% da população em 1994 para 15% em 1997, em virtude do Plano Real:



Francelino citou relatório das Nações Unidas sobre situação social brasileira

— Como naquele ano éramos 160 milhões, significa que pelo menos 24 milhões de irmãos nossos viviam na miséria. Hoje, certamente, com o agravamento da recessão em 1998 e 1999, os pobres são muito mais numerosos — estimou Francelino Pereira.

O relatório do PNUD menciona que os gastos com educação, saúde e previdência são mal distribuídos, pois terminam beneficiando prioritariamente a classe média e os ricos. O documento também identificou desigualdades raciais e regionais, concentradas, sobretudo, entre os negros e os trabalhadores rurais.

“Embora o Nordeste tenha 30% da população brasileira, é naquela região que se encontram 62% dos pobres brasileiros”, acrescentou.

Francelino Pereira também se referiu ao dilema que o país vive hoje entre manter a estabilidade para evitar a volta da inflação ou adotar políticas que conduzam a uma melhoria da distribuição de renda.

### PROGRAMAÇÃO

#### TV SENADO

##### HOJE

1h — *Debate*: Sen. Roberto Freire e a Dep. Zulaiê Cobra falam sobre nepotismo  
2h — *Unip*: Papiloma Vírus 1ª parte  
2h30 — *Jornal do Senado*  
3h — *Cores do Brasil*: Turismo no Espírito Santo  
3h30 — *Entrevista*: Sen. José Alencar fala sobre poluição ambiental  
4h — *Jornal do Senado*  
4h30 — *Unip*: Papiloma Vírus 1ª parte  
5h — *TV Escola* — Deficiência Mental 5: Passagem para a adolescência  
5h30 — *Unip*: Papiloma Vírus 1ª parte  
6h — *Debate*: Sen. Roberto Freire e a Dep. Zulaiê Cobra falam sobre nepotismo  
7h — Seminário “Águas 2000”  
8h — *Especial*: Seletas gilbertianas

8h30 — *TV Escola* — Deficiência Mental 5: Passagem para a adolescência  
9h — *Cores do Brasil*: Turismo em Goiás Velho  
9h30 — *Entrevista*: Sen. Jefferson Péres fala sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal  
10h — Comissão Mista do Salário Mínimo — Audiência com o min. Waldeck Ornêlas (gravado)  
13h30 — *Debate*: Sen. Roberto Freire e a Dep. Zulaiê Cobra falam sobre nepotismo  
14h30 — Sessão Plenária (vivo)  
18h30 — *Entrevista*: Sen. Jefferson Péres fala sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal  
19h — *Cores do Brasil*: Turismo na Bahia  
19h30 — *Debate*: Sen. Roberto Freire e a Dep. Zulaiê Cobra falam sobre nepotismo  
20h30 — *Entrevista*: Sen. José Alencar fala sobre poluição ambiental  
21h — *Jornal do Senado*  
21h30 — Sessão Plenária (representação)

#### RÁDIO SENADO

##### HOJE

8h — *Agenda Senado*  
Em seguida — Música e informação  
14h30 — Sessão Plenária do Senado (vivo)  
Em seguida — Música e informação  
19h — *A Voz do Brasil*  
Em seguida — Música e informação  
20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste  
Em seguida — Música e informação  
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste  
Em seguida — Música e informação  
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste  
Em seguida — Música e informação  
0h — Sessão Plenária do Senado (reprise)  
Em seguida — Música e informação

PROGRAMAÇÃO SUJEITA A ALTERAÇÃO EM FUNÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO

### COMO SINTONIZAR

#### TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Freqüência RX (Banda - L) - 1505,75 mhz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC/MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

#### RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:  
• Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C

- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Freqüência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1, 11465600, 256000, 0 FD 1, 17, 1, 7

### FREIRE E ZULAIÊ DEBATEM O FIM DO NEPOTISMO

O fim do nepotismo (contratação de parentes para cargos públicos) foi derrotado durante a votação da reforma do Judiciário na Câmara dos Deputados, mas a relatora da reforma, deputada Zulaiê Cobra (PSDB-SP), comemorou o número de parlamentares que votaram pelo fim desta prática. A deputada e o senador Roberto Freire (PPS-PE), que já apresentou duas propostas para pôr fim à contratação de parentes nos três Poderes, participam de debate sobre o assunto que a TV Senado exibe hoje, às 6h, 13h30 e 19h30. Freire lembrou que o tema vai ser examinado pelo Senado, onde ele espera que o texto aprovado na Câmara seja alterado.



### ALENCAR EXPLICA NORMAS PARA EMISSÃO DE ESGOTOS

Em entrevista hoje à TV Senado, o senador José Alencar (PMDB-MG) fala sobre o projeto que estabelece as condições para o lançamento de esgoto e de resíduos sólidos no ambiente. O senador é o relator do projeto, que já foi aprovado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A programação vai ao ar às 3h e às 20h30. De acordo com o projeto, fica proibido o lançamento de esgotos sanitários e industriais sem o tratamento adequado na rede de esgotos. As penalidades para quem infringir a lei vão desde multa em dinheiro até três anos de prisão. José Alencar aborda, na entrevista, a falta de recursos e de prioridade para a questão do saneamento no Brasil.



### JEFFERSON FALA SOBRE RESPONSABILIDADE FISCAL

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) fala hoje, em entrevista à TV Senado, sobre o projeto de Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece novas regras para a administração das finanças públicas. O projeto, relatado por Jefferson na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), foi aprovado na comissão e será agora examinado pelo Plenário. O programa será exibido às 9h30 e às 18h30. Jefferson Péres explica que a intenção da proposta é tornar mais rígidos os gastos com pessoal, obras e empréstimos e o refinanciamento de dívidas. O senador observa que muitos prefeitos transferem as dívidas para seus sucessores e “a União é que, no final das contas, arca com a dívida”.



# Heloísa Helena denuncia degradação de lagoas

Senadora propõe aplicação de multas às indústrias poluidoras e investimento em obras de saneamento para resolver o problema

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) cobrou do governo de Alagoas ações enérgicas destinadas a combater a degradação das 48 lagoas do estado. Ela disse que a beleza e a riqueza das lagoas estão sendo ameaçadas em virtude da ausência de uma política ambiental e de fiscalização permanentes, "que não é colocada em prática há décadas".

Heloísa Helena informou que as lagoas do São Francisco, desde a construção das barragens das usinas hidrelétricas, principalmente a de Sobradinho, deixaram de receber a revitalização das cheias do rio, ameaçando espécies inteiras que as utilizam como habitat natural para reprodução.

Além disso, Heloísa Helena informou que as lagoas vêm sofrendo constantes acidentes ambientais, ocasionando a destruição do sustento de pescadores e marisqueiros por vários meses. Como exemplo, citou o desastre ecológico ocorrido na Lagoa Manguaba, respon-



Heloísa Helena afirma que a beleza e a riqueza de 48 lagoas de seu estado estão ameaçadas

sável pela morte de mais de três mil toneladas de peixe.

A senadora sugeriu várias medidas de combate à degradação das lagoas, a começar pela aplicação de pesadas multas às indústrias infratoras que poluem as águas.

Investimentos em saneamento básico nas cidades da bacia do complexo Mundaú/Manguaba, recom-

posição das chamadas matas ciliares de toda a bacia e dos rios afluentes, além de um ordenamento da utilização da água e do solo dentro do complexo estuário lagunar, também foram solicitados por Heloísa Helena.

— As lagoas, além de uma beleza espetacular, são fontes de renda direta para mais de 250 mil pessoas que vivem às suas margens. Mas a população assiste, atônita, à degradação e já não aceita mais as explicações dos órgãos ambientais responsáveis pela fiscalização no estado — acrescentou Heloísa Helena.

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO), em aparte, defendeu uma legislação mais rigorosa de combate à devastação do meio ambiente, enquanto Romero Jucá (PSDB-RR) lamentou o que vem ocorrendo no estado de Alagoas. "Isso é em consequência da falta de uma política séria voltada para os problemas ambientais", afirmou.

## Patrocínio sugere exame psicotécnico para concessão de porte de armas

Apesar de achar desnecessária uma nova lei coibindo o comércio de armas de fogo no país, o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) defendeu, na sexta-feira, a consolidação dos três projetos que tratam do tema, em tramitação no Senado, numa lei que possa ser cumprida.

O senador propôs que, em vez de proibir o comércio do produto, os senadores elaborem "normas rígidas para a venda e a concessão do porte de armas, exigindo-se do candidato, dentre outras coisas, a sua aprovação em curso de tiro e manuseio de armas e em exame psicotécnico".

O objetivo da nova lei seria, assim, o de impedir que pessoas despreparadas portem uma arma, a partir do estabelecimento de exigências semelhantes às que devem ser cumpridas por candidatos a motorista, explicou.

A nova lei também deverá levar em conta, conforme o senador, aqueles que dependem da caça para sua sobrevivência, os moradores de

áreas rurais e os que tenham motivos justificando a necessidade de porte de armas. Quanto às punições, ele defendeu maior rigor contra o porte ilegal.

Para Patrocínio, aprovar um projeto de lei drástico como o encaminhado pelo Executivo, que proíbe a venda de armas e munições em todo o território nacional, é fazer mais uma

lei para não ser cumprida. A seu ver, há evidente incapacidade de fiscalização por parte das forças policiais e a proibição atingiria apenas os cidadãos que já cumprem as leis vigentes sobre o assunto.

— Essa lei está sendo elaborada para garantir o trabalho dos bandidos, não para proteger o cidadão, pois, de forma indireta, atribui às vítimas da violência a causa do au-



Patrocínio quer a consolidação dos três projetos sobre armas em uma lei exequível

mento da criminalidade, numa total inversão dos fatos — criticou.

Não é proibindo drasticamente o comércio de armas que se reduzirão a criminalidade e a violência no país, na opinião do senador. Para tal seria necessária uma reforma do sistema penitenciário, um Estado mais eficiente no combate à

criminalidade e na redução da pobreza, com investimentos prioritários em educação, saúde e previdência, disse.

A proibição total das armas foi adotada por apenas dois países, a Grã-Bretanha e a Austrália, e teve resultados opostos aos esperados, informou o senador. Após a proibição, os roubos aumentaram 39% na Austrália e 117% na Grã-Bretanha.

## Mozarildo acusa ONGs de agir contra interesses nacionais

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) denunciou o financiamento de organizações não-governamentais (ONGs) por entidades estrangeiras para atuar nas questões indígena e ambiental do Brasil, atentando contra a soberania do país. Ele pediu que os órgãos de segurança nacional examinem a ques-



Mozarildo pede uma revisão da política indigenista que reduza o papel das ONGs

tão, a partir de documento divulgado na Internet, no endereço <http://www.cimi.org.br/airasol.htm>, no qual a ONG Pró Índios de Roraima (Brasil) lança uma campanha para a homologação e demarcação da terra indígena Raposa/Serra do Sol em uma área única e contínua.

Na *homepage*, segundo Mozarildo, o grupo Pró Índios de Roraima assume seu comprometimento com várias associações e ONGs européias no sentido de apoiar as organizações indígenas de Roraima que pedem a demarcação da Raposa/Serra do Sol. Também consta um pedido para que os internautas visitantes da página encaminhem *e-mail* para o presidente Fernando Henrique Cardoso, com cópia para o ministro da Justiça, o

presidente da Funai e o governador de Roraima, pedindo a demarcação contínua da terra indígena.

— Enquanto eu for senador por Roraima vou continuar denunciando esta verdadeira ação nefasta que está sendo feita contra o país, esse colonialismo moderno. Como os

países mais ricos, os integrantes do G-7 não podem mais agir como antes, quando levaram nosso pau-brasil, nosso ouro e nossos minérios. Como não podem mais roubar escancaradamente, agem desta forma — comentou Mozarildo Cavalcanti.

O senador por Roraima defendeu a realização pelo governo de uma revisão da política indigenista do país, retirando as ONGs do comando das ações e colocando-o nas mãos de brasileiros. Ele lamentou que a imprensa no país considere as organizações não-governamentais como sinônimo de defensoras das minorias e do meio ambiente. Mozarildo disse acreditar que esta visão foi imposta pela mídia internacional aos meios de comunicação brasileiros.

## Jucá aponta resultados da visita de FHC à Venezuela

A viagem do presidente Fernando Henrique Cardoso à América Central e à Venezuela foi um sucesso, na avaliação do senador Romero Jucá (PSDB-RR). Ele citou dois avanços obtidos nos encontros mantidos entre Fernando Henrique e o chefe de governo da Venezuela, Hugo Chávez: a retomada das obras de uma linha de transmissão de energia elétrica entre os dois países e a conclusão de acordo na área de exploração e comercialização de petróleo.

O presidente brasileiro foi informado de que o governo venezuelano conseguiu chegar a um acordo com os índios e ecologistas daquele país, relatou o senador. Eles estavam impedindo a interconexão elétrica, por meio da qual energia proveniente da usina de Guri poderia abastecer pontos da Amazônia brasileira. O projeto, de US\$ 100 milhões e 500 quilômetros de extensão, deverá transmitir 200 me-



Jucá aplaudiu retomada das obras da linha de transmissão de energia entre os dois países

gawatts diários para suprir principalmente a capital de Roraima, Boa Vista, completou.

O acordo na área petrolífera permitirá a exploração conjunta de petróleo pelas empresas Petrobras e Pedvesa (venezuelana), criando o embrião da futura Petroamérica. Atualmente, o Brasil compra da Venezuela a maior parte — US\$ 1,7 bilhão — do petróleo que importa, informou.